

MATERIALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO RS

MARIA DO CARMO LÓPEZ BALADO¹;
MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO²

PPGE- FAE- UFPEL- *lopezcarina@gmail.com*¹
PPGE- FAE- UFPEL- *fatimacossio@ig.com.br*²

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de materialização do Ensino Médio Politécnico em uma escola pública do RS.

Como é sabido, a cada quatro anos os processos eleitorais no Rio Grande do Sul têm escolhido projetos políticos diferentes. Tal dinâmica promove o desenvolvimento de novas propostas pedagógicas que devem ser implantadas nas escolas da rede estadual, o que as leva a passar por processos mais ou menos profundos de mudanças e bastantes dolorosos na sua materialização, visto que desestabilizam o trabalho existente, imprimindo novas formas de organização curricular, sem, muitas vezes, considerar as opiniões dos seus protagonistas: alunos e professores.

Nesta conjuntura, o problema que dá origem a este trabalho é que tais projetos não conseguem passar por todos os estágios de desenvolvimento, o que deixa em aberto a possibilidade de ser realizada uma análise mais aprofundada do impacto da política em questão uma vez posta em prática.

A pesquisa procura responder ao problema: De que maneira se efetiva a política do Ensino Médio Politécnico em uma escola central do município de Porto Alegre a partir da reconfiguração curricular por ela proposta?

Como fundamento teórico se propõe utilizar a abordagem do ciclo de políticas de Ball e Bowe (1992), investigando o contexto da prática e os impactos/ resultados de sua implementação. No referencial, para subsidiar as análises, além dos documentos legais, são utilizados os aportes de Celina Souza (2003), Jefferson Mainardes (2006), Vicktor Shulgin (2013), José Gimeno Sacristán (2000 e 2013), Dermeval Saviani (2007), entre outros.

2. METODOLOGIA

Considerando que as pesquisas podem ser classificadas de maneiras diferentes e que esta delimitação garante ao pesquisador uma melhor possibilidade de conferir racionalidade ao seu trabalho, cabe realizar uma breve contextualização, demarcando o campo empírico, produção e coleta de dados e posterior análise dos mesmos.

O campo empírico: A pesquisa será realizada em uma escola pública estadual de ensino médio do RS, localizada no centro urbano do Município de Porto Alegre. Pela sua localização geográfica privilegiada, a escola recebe alunos de todas as comunidades locais, inclusive alunos de municípios limítrofes como Viamão e Alvorada, não caracterizando uma comunidade escolar centrada em seu entorno.

Procedimentos Investigativos: Os eixos investigativos definidos para a condução da pesquisa são:

1. A maneira como a política foi recebida (se houve ou há resistências individuais/coletivas e quais as possíveis causas);
2. Como foi interpretado o texto da política e compreendidos os conceitos básicos

que sustentaram a proposta (politecnia, trabalho como princípio educativo, concepção de conhecimento e currículo);

3. De que forma se deu o seu processo de materialização.

Segundo Gil (2010), a pesquisa pode ser classificada como “estudo de caso” pois, assim como exige a ocasião, seus resultados, de modo geral, são apresentados em aberto, ou seja, na condição de hipóteses, não de conclusões (GIL, 2010,p.37) e ainda, favorece a intenção da pesquisadora de não fazer generalizações.

Produção e Análise dos Dados: a coleta de dados dar-se-á em quatro etapas:

1^a etapa: Análise documental da “Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio” (SEDUC, RS, 2011);

2^a Etapa: Realização de entrevista no formato de grupo focal com a equipe gestora;

3^aEtapa: Aplicação de questionários aos professores;

4^a Etapa: Aplicação de entrevista no formato de Grupo focal com os professores, organizados por área de conhecimento (Linguagens; Matemática e Ciências da Natureza e Ciências Humanas).

Metodologia de Análise

1^a Análise de Conteúdos: Tendo em mãos as entrevistas do grupo gestor da escola e os questionários dos professores, será realizada a primeira análise de conteúdos seguindo os estágios que Bardin (2011) classifica como polos cronológicos, que são: pré-análise; exploração do material e, tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

O propósito é de identificar pré-categorias que auxiliarão na elaboração do roteiro de questões a ser aplicado na quarta etapa da coleta de dados.

2^a Análise de Conteúdos: Concluído o trabalho com grupos focais, será realizada a segunda instância da análise de conteúdos que terá por finalidade organizar o processo final de categorização.

Mediante os resultados alcançados no processo de categorização, o texto final propõem-se a elucidar o processo de materialização do Ensino Médio Politécnico na escola campo, atingindo os objetivos propostos para este trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No processo inicial de análise das etapas 1 e 2 previstas para a pesquisa, dos conceitos chave que dão base ao Ensino Médio Politécnico, salientam-se: a Politecnia e o Trabalho como princípio educativo, enquanto é discutida ainda - após três anos completos de materialização do Politécnico – a capacidade da proposta de inverter a lógica de mercado que vem influenciando os currículos escolares e cerceando as mentes dos jovens, inclusive nos sistemas e redes públicos de ensino. Vê-se incluída a discussão dos conceitos de conhecimento e currículo que definem as ações das escolas e dos professores na sua sala de aula que atendem quase exclusivamente a jovens das camadas populares da sociedade.

Esta proposta, que veio na contramão do que até então estava implicitamente previsto para o Ensino Médio da rede pública no RS, e que propõe a superação da dualidade ensino propedêutico - ensino técnico, traz a Politecnia, compreendida como domínio intelectual da técnica, como fundamento teórico que visa uma nova forma de seleção e organização dos conteúdos a partir da prática social, contemplando o diálogo entre as áreas de conhecimento.

O princípio que dá sustentação a uma escola politécnica está na relação que a escola cria com a comunidade em que está inserida mediada pelo trabalho. O ponto central é o aluno na relação com seu objeto de estudo, tudo o demais circunda essa relação: conteúdos, metodologias, avaliação. Do professor exige trabalho coletivo para responder as demandas que virão a medida que o for acontecendo e exige disposição para romper com o clássico formato de relação autoritária visando reconhecer e valorizar os saberes dos alunos.

Que currículo é esse? Um currículo integrado.

A construção desse currículo integrado supõe a quebra de paradigmas e só poderá ocorrer pelo trabalho coletivo que integre os diferentes atores que atuam nas escolas, nas instituições responsáveis pela formação de professores e nos órgãos públicos responsáveis pela gestão. [...] Da mesma forma que no Ensino Médio Politécnico de natureza geral, a construção do currículo só será possível mediante o trabalho coletivo que integre professores, trabalhadores, representantes sindicais e representantes do setor produtivo, além de Universidades e Governo (SEDUC, 2011, p. 14-15).

Quanto aos conceitos de conhecimento e currículo, expressa o documento base da SEDUC:

[...] um processo humano, histórico, incessante, de busca de compreensão, de organização, de transformação do mundo vivido e sempre provisório; a produção do conhecimento tem origem na prática do homem e nos seus processos de transformação da natureza (SMED, 1999, p.34).

Em decorrência, o currículo é concebido como o conjunto das relações desafiadoras das capacidades de todos, que se propõe a resgatar o sentido da escola como espaço de desenvolvimento e aprendizagem, dando sentido para o mundo real, concreto, percebido pelos alunos e alunas. Conteúdos são organizados a partir da realidade vivida pelos alunos e alunas e da necessidade de compreensão desta realidade, do entendimento do mundo (SEDUC, 2011, p. 15).

Tal abordagem anuncia uma forma de equacionar o ensino a partir da organização de um currículo voltado para a emancipação do educando, em que este possa vir a ser sujeito da mudança pretendida. Para que isto se dê, o olhar de quem ensina precisa estar voltado para quem é esse aluno e do que ele precisa no seu processo único de emancipação.

Sacristán (2000, p.13), ao tratar do conceito de currículo, alerta para o cuidado de não neutralizar o currículo ou apenas pedagogizá-lo, pois a prática curricular precisa ser vista e entendida “como uma realidade prévia muito bem estabelecida” (SACRISTÁN, 2000, p.13). Essa afirmativa envolve todos os comportamentos e aspectos que condicionam a formação escolar na sua complexidade. Aspectos pedagógicos aliados a questões político-administrativas e econômicas e, ainda, a uma gama de valores, normas e crenças que fazem parte da cultura escolar e que são parte dos conteúdos.

4. CONCLUSÕES

Sendo que a pesquisa encontra-se no seu momento inicial, em que estão sendo coletados os dados da segunda e terceira etapas, é possível apenas fazer algumas inferências. Neste sentido, acredita-se que a proposta apresentada pelo governo Tarso Genro para a educação do RS, em nível médio, criou condições para discutir sobre uma nova identidade para o Ensino Médio, em um momento em que a escola pública em geral parece perceber e verbalizar a sua preocupação no sentido de estar aquém das expectativas formativas dos estudantes e da sociedade em geral.

Sob este prisma e apesar das sérias resistências ocorridas na época, a proposta politécnica imprime na sua constituição uma forma de “ver” e “ser” a/na sociedade que se contrapõe à forma de sociedade reconhecida e historicamente reproduzida pela educação formal. Com isto, propõe um desafio à escola, o desafio de romper com antigos paradigmas e desenvolver os princípios e concepções de mundo e de vida que reconhecem e valorizam o ser humano a partir de sua cultura e das relações que constrói no trabalho para sua vida e a vida da coletividade. Surgem questões nesse desafio, e as primeiras relacionaram-se às condições físicas que seriam dadas as escolas para a realização de tal mudança e, ainda, questões mais profundas e significativas: será que pode acontecer o enraizamento efetivo de uma escola pública Politécnica em uma estrutura social capitaneada pelo capital? Será que é permitida uma nova forma de relação entre trabalho e educação pelo sistema capitalista?

Esta pesquisa mais do que descobrir a validade da proposta elaborada pelos professores na escola objeto do estudo, intenciona analisar alguns resultados da política educacional voltada para o ensino médio e, quem sabe, sem pretender generalizar os resultados, contribuir para que as políticas não sejam simplesmente substituídas, sem uma análise dos seus reflexos no contexto educacional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2011.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol.27 n.94, p.47-69, jan./abr.2006.
- RS, SEDUC. **Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio**. Porto Alegre, 2011.
- SACRISTÁN, J.G. **Saberes e Incertezas sobre o Currículo**. Porto Alegre: Penso Editora Ltda. 2013.
- SAVIANI, Demeval. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, jan/abr., 2007. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
- SHULGIN, V.N. **Rumo ao Politecnismo (artigos e conferências)**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa, **Caderno CRH** 39: 11-24, 2003